

TRADUÇÃO

A DECOMPOSIÇÃO DO FEUDALISMO E O SURGIMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS*

(F. ENGELS)

Tradutora: Vera Lúcia VIEIRA**

Enquanto as furiosas batalhas da nobreza feudal dominante minavam o medievo com seu ruído, o silencioso trabalho das classes oprimidas solapava o sistema feudal em toda a Europa Ocidental e criava as condições que deixavam os senhores feudais cada vez com menos espaço. É verdade que na Galícia, nas grandes propriedades cultivadas e pertencentes a vários donos, os nobres feudais ainda impunham temor, torturavam os servos, levavam uma vida de luxo às custas destes, pisoteavam com os cascos dos cavalos as sementeiras dos camponeses e violavam suas mulheres e filhas. Mas em toda a parte as cidades se erguiam. Na Itália, no sul da França e no Reno elas surgiram das cinzas dos municípios da antiga Roma. Em outros lugares, sobretudo na Alemanha, levantavam-se cidades novas, sempre rodeadas de muros e fossos de proteção, eram fortalezas muito mais poderosas que os castelos da nobreza, já que só se podia tomá-las com a ajuda de consideráveis tropas. Atrás destes muros e fossos se desenvolveu um artesanato medieval. Ainda bastante imbuido do espírito e limitação gremial-burguesa, acumulavam-se os primeiros capitais, surgindo a necessidade de relações comerciais entre cidades e o mundo ao redor, e a par desta necessidade, os meios para proteger estas relações.

No século XV, os burgueses das cidades eram mais necessários à sociedade do que a nobreza feudal. Claro que a agricultura era a principal ocupação do

* Traduzido da versão espanhola constante do Anexo 10 de "A Guerra Camponesa na Alemanha" Editora de Línguas Estrangeiras de Moscou - 2. ed.

** Professora do Departamento de História da PUC-SP.

grosso da população, e portanto, o principal ramo de produção. Mas aos poucos camponeses livres que ainda sobreviviam, a despeito das usurpações da nobreza, mostravam com farta eloquência que na agricultura, o principal não era o parasitismo e as extorsões da nobreza, mas o trabalho do camponês. Ademais, as demandas da nobreza mesma, cresceram e aumentaram tanto, que ela também necessitava das cidades. Seus únicos instrumentos de produção — armas e armaduras — eram obtidas nas cidades. Tecidos, móveis e adornos de produção local, sedas italianas, entalhes de Brabante, peles do Norte, perfumes da Arábia, frutas levantinas e especiarias da Índia, tudo isto, exceto o sabão, eram comprados nas cidades. Em certa medida, desenvolvia-se em comércio mundial. Os italianos navegavam pelo Mediterrâneo e mais além, ao largo do litoral atlântico até Flandres. Os da liga Hanseática, graças a crescente competência dos holandeses e ingleses, dominavam nos mares do Norte e Báltico. Entre os centros Norte e Sul do comércio marítimo mantinham-se relações por terra, e seus caminhos passavam pela Alemanha. Enquanto a nobreza se mantinha cada vez mais supérflua e impedia o desenvolvimento, os burgueses das cidades se constituíam numa classe que personificava o contínuo progresso da produção e do comércio, da educação e das instituições sociais e políticas.

Todos estes êxitos da produção e do comércio possuíam na verdade, segundo os padrões atuais, um caráter muito limitado. A produção se via limitada pelas formas de artesanato puramente gremiais e, por conseguinte, conservavam ainda o caráter feudal. O Comércio era praticado dentro dos limites das águas européias e não se propagava além das cidades ribeirinhas levantinas, nas quais se faziam as trocas por produtos de países orientais mais longínquos. Por mais pequeno e limitado que fosse o artesanato, e com ele os artesões burgueses, estes últimos tiveram forças suficientes para realizar uma virada na sociedade feudal, e se encontravam pelo menos em movimento no período em que a nobreza se encontrava parada.

Os burgueses das cidades contavam com uma arma bastante poderosa contra o feudalismo; o dinheiro. No domínio feudal, modelo do medievo, tão cedo não haveria lugar para o dinheiro. O senhor feudal obtinha dos camponeses todo o necessário, seja em forma de trabalho, seja como produto acabado; as mulheres fiavam e teciam o linho e a lã, costuravam as roupas; os homens trabalhavam os campos; os meninos apascentavam o gado do senhor, colhiam para ele cogumelo, frutas, ninhos de pássaros e palha. Além disso, toda a família devia abastecê-lo de grãos, frutas, ovos, manteiga, queijo, aves, gado novo e uma infinidade de outras coisas. Cada propriedade feudal satisfazia inteiramente suas necessidades e até os abastecimentos militares eram feitos em produtos. O comércio, a troca, não existia, o dinheiro não fazia falta. A Europa desceu a um nível tão baixo, que teve de começar tudo a partir do nada, pois

o dinheiro tinha muito mais uma função política do que social; servia para pagar os impostos e era obtido antes de mais nada pelo saque.

Agora tudo mudou. O dinheiro voltou a ser meio de troca, em virtude do qual seu volume aumentou de forma considerável. A nobreza, também, não podia prescindir dele. Como tinha pouco ou nada para vender, não podendo mais de maneira fácil recorrer ao saque, tinha de socorrer-se do usurário da cidade. Muito tempo antes dos canhões abrirem as brechas nos muros dos castelos, o cimento que os sustentavam foram minados pelo dinheiro. A pólvora que impelia a bala do canhão, neste caso, foi uma simples executora a serviço do dinheiro. O dinheiro nas mãos da burguesia transformou-se num grande instrumento de nivelção política. Em todas as partes onde as relações pessoais eram substituídas pelo dinheiro, e a troca natural pela monetária, as relações feudais cediam lugar às burguesas. E certo que na maioria dos casos as formas brutais da velha economia natural persistiam, mas já havia regiões inteiras como na Holanda, Bélgica e no Baixo Reno, na qual os camponeses pagavam aos senhores não mais em prestação de serviços pessoais, mas sim em dinheiro, dando assim tanto senhores como vassalos o primeiro passo decisivo para converterem-se em proprietários de terra e arrendatários delas, e por via de consequência alterando o campo das instituições políticas, onde o feudalismo perdia sua base social.

A sede de ouro que se apoderou da Europa Ocidental em fins do século XV, demonstram o quanto estava corroído e carcomido por dentro o sistema feudal. Os portugueses buscavam ouro no litoral africano, na Índia e em todo o extremo oriente. O ouro era a palavra mágica que impulsionava os espanhóis para a América, no outro lado do Atlântico. Ouro, era o que exigia antes de tudo, o branco quando pisava em solo recém descoberto. Esta atração por grandes viagens e empreendimentos em busca de ouro, muito embora ainda se materializassem no comércio por formas feudais e semi-feudais, era por sua natureza incompatível com o feudalismo, cuja base era a agricultura e cujas conquistas tinham por objetivo principal a aquisição de novas terras. A navegação era uma ocupação essencialmente burguesa e deixou a marca de seu caráter anti-feudal em todas as marinhas de guerra modernas.

Como consequência destes fatos, por toda a Europa Ocidental o feudalismo se achava, no século XV, em plena decadência. Consolidavam-se nas regiões feudais cidades com interesses anti-feudais, com suas próprias leis e burguesia armada. Com a ajuda do dinheiro, a burguesia coloca os senhores feudais em sua dependência social e em alguns casos, também, no aspecto político. Até no campo, onde sob condições propícias a agricultura avançou, os velhos entraves feudais começaram a ruir sob o efeito do dinheiro. Somente nas terras recém conquistadas na Alemanha do Este do Elba ou em regiões atrasadas e fora das rotas comerciais, as velhas restrições da nobreza continuavam dominando e prosperando. Tanto nas cidades como no campo,

aumentaram em número os elementos do povo que exigiam o fim das intermináveis guerras e das divergências entre senhores feudais que as originavam, inclusive quando o inimigo externo se encontrava dentro do país. Estes elementos do povo, embora débeis para colocarem em prática seus desejos, contavam com o poderoso apoio do poder real, a cabeça de todo o sistema feudal. É nesta questão que o estudo das relações sociais nos conduz ao exame das relações estatais, onde da esfera da economia passamos para a da política.

Da mistura de povos do medieval antigo, nasciam e se desenvolviam pouco a pouco novas nacionalidades, processo no qual, como é sabido, a população vencida composta de camponeses e habitantes das cidades, era assimilada pelo vencedor, como na maioria das províncias romanas que foram assimiladas pelos germânicos. Em consequência as nacionalidades modernas, são também, produto das classes oprimidas. A idéia de como se produziram a fusão em um lugar e a divisão em outro, nos é oferecida pelo mapa geográfico da Lorena Central de Menke*. Basta seguirmos neste mapa a fronteira entre os nomes latinos e os germânicos dos diferentes lugares para se ver que na Bélgica e na Baixa Lorena, a fronteira que existiu centenas de anos entre os idiomas frances e alemão, coincide em linhas gerais. Em outros lugares se encontram no entanto, estreito e discutível território, onde as línguas lutam pelo domínio, e a dúvida é geral sobre o que deve permanecer germânico e o que deve continuar latino. A antiga forma baixa franca e a antiga forma alta alemã da maioria dos nomes de lugares no mapa, provam que pertencem ao século IX, o mais tardar ao X, e que portanto, a fronteira, em suas linhas gerais, se traçou em fins do período carolíngio. Na parte latina se podem ver, apesar da fronteira lingüística, nomes mistos, integrados por um nome próprio germânico e uma designação latina do lugar, como por exemplo a Oeste do Mosa, perto de Verdum, destacamos; Eppone curtis, Rotfriedi curtis, Ingolini curtis, Teudegisilovilla, hoje Ippécourt, Recourt la Creux, Amblaincourt sur Aire, Thieville. Eram resíduos de feudos francos, pequenas colônias germânicas em terra de língua latina que mais cedo ou mais tarde foram latinizados. Nas cidades e em algumas zonas rurais haviam colônias germânicas maiores, que conservaram durante um tempo maior o seu idioma. Uma destas colônias forneceu, por exemplo, já em fins do século IX, a canção de Ludovico**. Apesar dos exem-

* Spruner, Menke. Hand-Atlas für die Geschichte des Mittelalters und der neueren Zeit) Atlas manual de História da Idade Média e os Tempos Novos) 3. Aufl. Gotha 1874 – Karte N. 32.

** Obra de um desconhecido poeta medieval escrita em fins do séc. IX em dialeto franco. É um panegírico ao rei franco-ocidental Luís III, glorificando sua vitória sobre os normandos em 881. – (Nota da Editora).

plos, a maior parte dos senhores feudais francos já haviam sido latinizados, conforme provam as regras de juramento de fidelidade dos reis e dos grandes senhores, e o reino da Francônia*, cujo idioma oficial era de língua latina.

Tão rapidamente como se produziu a delimitação dos grupos lingüísticos (salvo as posteriores guerras de conquista e de extermínio que se levaram por exemplo contra os eslavos no Elba)** , era natural que estes grupos servissem como uma certa base para a formação dos Estados e que as etnias começassem a desenvolver-se até constituir nações. A rápida desintegração do Estado misto de Lorena*** comprova até que ponto era intenso este processo desde o século IX. Devemos, entretanto, assinalar que ao longo de toda a Idade Média, as fronteiras da propagação do idioma estavam longe de coincidirem com as fronteiras dos Estados. Sem dúvida, cada nacionalidade, exceto talvez a Itália, estava representada na Europa por um grande Estado independente, e a tendência à formação de Estados nacionais, que se fazia cada vez mais clara e consciente, é um dos principais móveis do progresso no período medieval.

Em cada Estado medieval, o rei era o ápice de toda a hierarquia feudal, o chefe supremo, do qual os vassallos não podiam prescindir e contra o qual estavam em permanente estado de rebelião. A relação fundamental de toda a economia feudal — a entrega de terras em posseção feudal em troca de certos serviços pessoais e cargos — desde a sua forma inicial, a mais simples, oferecia matéria suficiente à dissensões, sobretudo quando tantos estavam interessados em buscar motivos para lutas intestinais. As relações de vassalagem durante a avançada Idade Média, eram uma massa confusa de direitos e deveres concedidos, retirados, outra vez outorgados, anulados por desacato, modificados ou estipulados de formas distintas, enfim, um novelo impossível de desenrolar. Um exemplo: — Carlos o Temerário, era em uma parte de suas terras vassallo

* Trata-se de textos nos idiomas antigo alto alemão e romance (velho francês), de juramento de fidelidade que fizeram mutuamente o rei franco-oriental Luís o Germânico e o rei franco-ocidental Carlos o Calvo, assim como os vassallos de cada um deles em 842, em Estrasburgo (Nota da Editora).

** Grande grupo de tribos eslavas ocidentais, viviam na Europa Central entre os Rios Elba e o Oder. Os eslavos do Elba, que rechaçavam as freqüentes invasões das tribos germânicas, eram vítimas desde o século X, de agressões sistemáticas dos senhores feudais alemães, os quais, apesar das sangrentas guerras de anexação e em que pese a tenaz resistência dos eslavos no século XII, se apoderaram das terras destes últimos. Sua população em parte foi dizimada e a restante avassalada pelos conquistadores alemães, e germanizada. (Nota da Editora).

*** Trata-se do Estado franco central formado nas terras compreendidas entre o Escalda, no Reno, o Mosa e o Saona do século IX. Chamava-se antes o Reino de Lothário (por causa de Lothário II). Em 870, o reino foi dividido mais ou menos de acordo com a fronteira lingüística entre os dois irmãos de Lothário II, depois da morte deste. (Nota da Editora).

e imperador, e em outra, vassalo do rei da França. Por outro lado, o rei da França, seu soberano, era por sua vez, em certas regiões vassalo de Carlos o Temerário seu próprio feudatário. Como se poderiam evitar aqui os conflitos? Aí está a causa do jogo alternativo de vários séculos, a força de atração dos vassallos até o poder real como o centro único e capaz de protegê-los contra o inimigo externo e a uns contra os outros, e a força de sua repulsão do centro, na qual invariavelmente a atração se converte. Eis aqui a causa da incessante luta entre o poder real e os vassallos, cujo insuportável ruído, durante este longo período em que o saque era a única fonte de renda monetária digna de um homem livre, se sobre põe a tudo. É também, a causa da interminável cadeia de traições, assassinatos, envenenamentos, pérfidas intrigas e todas as infâmias concebíveis que se ocultavam atrás do nome poético de cavaleiros, mas não constituíam obstáculo a que se falassem constantemente em honra e fidelidade.

Não cabe a menor dúvida que entre todo este caos geral o poder do rei era um elemento progressista. Era o rei, representante da ordem em meio a desordem na nação que se formava em oposição ao fracionamento em rebeldes Estados vassallos. Todos os elementos revolucionários que surgiam sob a superfície feudal, gravitavam em torno do poder real, exatamente da mesma forma que o poder real gravitava em torno deles. A aliança do poder real com a burguesia começa no século X, se interrompe com certa freqüência devido a conflitos, já que ao longo de toda a Idade Média nada se desenvolvia sempre na mesma direção, e se renova com maior força e poder até que por fim ajudou o poder real a conseguir a vitória definitiva, e este agradecido, subjugou e espoliou o seu aliado.

Os reis, da mesma forma que os burgueses, encontraram um poderoso apoio no nascente estamento dos juristas. Quando foi redescoberto o direito romano, instaurou-se uma divisão de trabalho entre os padres, assessores jurídicos na época feudal, e os juristas de carreira leigos. Estes novos juristas, como é lógico, por sua própria natureza, pertenciam ao estamento dos burgueses. O direito que haviam estudado, que ensinavam aos demais e que aplicavam na prática, era por seu caráter, de fato, antifeudal e em certo sentido, burgues. O direito romano era uma expressão jurídica tão clássica das condições de vida e dos conflitos da sociedade na qual domina a pura propriedade privada, que todas as legislações posteriores não puderam acrescentar melhoras substanciais. A propriedade burguesa na Idade Média estava muito atrelada com as restrições feudais, constituía-se por exemplo principalmente de privilégios. Por outro lado, o direito romano, neste sentido, em comparação com as relações burguesas, foi muito mais além. Sem dúvida, o sucessivo desenvolvimento histórico da propriedade burguesa consiste em que a dita propriedade transforme-se em propriedade privada, o que na realidade aconteceu. Este desenvolvimento deve ter encontrado um poderoso meio no direito romano

que continha de forma acabada tudo o que aspirava a burguesia da Idade Média avançada, ainda que de modo inconsciente. Em muitos casos concretos o direito romano dava motivo para uma maior opressão dos camponeses pela nobreza, quando não podiam apresentar provas escritas de que estavam livres das cargas habituais, mas isto não queria dizer muita coisa. A nobreza, sem o direito romano, havia encontrado todos os pretextos que lhes eram necessários, e os encontravam diariamente. Em todo o caso foi um imenso progresso e a instauração deste direito que não reconhece em absoluto as relações feudais e que se antecipou completamente à propriedade privada contemporânea.

Vimos que na sociedade vigente na Idade Média avançada, a nobreza feudal começou a ser supérflua, inclusive representando um estorvo do ponto de vista econômico sendo que também no aspecto político era um obstáculo para o progresso das cidades e do Estado nacional. Que a oportunidade para a implantação deste só era possível sob a forma monárquica. Face a tudo isto, a tolerância era em razão de no momento estar nas mãos da nobreza o monopólio da arte militar, e sem ela não se poderia levar avante uma guerra e nem desencadear batalhas. Também isto devia mudar, era necessário dar o último passo para mostrar a nobreza feudal que havia terminado o período de sua dominação na sociedade e no Estado, que já não fazia falta nem sequer no campo de batalhas na qualidade de cavaleiros.

Combater o sistema feudal com a ajuda de um exército feudal, no qual os soldados estavam mais ligados ao seu soberano direto que ao chefe do exército do rei, significava evidentemente fechar-se em um círculo vicioso e não mover-se do lugar. Desde o início do século XIV, os reis procuraram por esta razão desfazer-se das tropas feudais e criar forças próprias. Desde então vemos nos exércitos reais uma proporção crescente de tropas recrutadas ou de mercenários. Inicialmente não mais que infantaria, integradas por* da cidade e servos evadidos. Lombardos, genoveses, alemães, belgas, etc., eram empregados como guardas da cidade e para assédio. Em campo aberto eram a princípio eficazes. Sem dúvida, nos últimos períodos da Idade Média encontramos também, cavaleiros que juntamente com a sua soldadesca formada de qualquer maneira, se punham a serviço definitivo do sistema militar feudal.

Uma infantaria capaz de combater teve como condição básica os camponeses livres das cidades, ou onde começavam a existir. Desde então, os cavaleiros e suas soldadescas montadas não constituíam mais o núcleo da tropa, mas a tropa mesmo, já que as multidões de servos a pé que os acompanhavam, dir-se-ia que se encontravam no campo de batalha apenas para correr e saquear. Enquanto perdurou o período de florescimento do feudalismo, até fins do século XIII, a cavalaria era que bancava todas as batalhas e decidia seus desenlaces. Desde então, as coisas foram mudando gradativamente e em diversos lugares. O paulatino desaparecimento da servidão na Inglaterra criou uma numerosa classe de camponeses livres, proprietários de terra ou arrendatários,

* Em branco no original (N.T.)

matéria prima para a nova infantaria capaz de manejar o arco, arma nacional inglesa da época. O aparecimento destes arqueiros que sempre combatiam a pé, independentemente do fato de usarem ou não cavalos durante as marchas, originou mudanças substanciais na tática das tropas inglesas. A partir do século XIV, os cavaleiros ingleses preferem combater a pé onde o terreno e as demais condições o permitam. Por trás dos arqueiros que começam a batalha e instalam a confusão entre as fileiras dos inimigos, uma compacta falange de cavaleiros a pé espera o ataque do inimigo ou o momento oportuno para se lançar sobre ele, enquanto que só uma parte dos cavaleiros permanece montada para respaldá-los com ataques pelos flancos nos momentos decisivos. As incessantes vitórias dos ingleses na França* tinham como causa esta tática em medida considerável, precisamente porque se havia restabelecido na tropa o elemento da defesa. Estes combates eram defensivos na maioria dos casos, mas unidos com contragolpes ofensivos, análogos aos de Wellington na Espanha e na Bélgica. Desde que os franceses assimilaram a nova tática, e desde que os mercenários italianos armados com bestas, começaram a desempenhar em seu exército o papel dos arqueiros ingleses, findou-se as vitórias inglesas.

Exatamente da mesma maneira, em princípio do século XIV, a infantaria das cidades de Flandres se atrevia — e muitas vezes com êxito — a atacar os cavaleiros da França em combate aberto. O imperador Alberto com a traiçoeira intenção de entregar os camponeses livres da Suíça em mãos do arquiduque austríaco, deu o primeiro impulso para a formação da infantaria moderna que se fez famosa em toda a Europa. Como resultado das vitórias que obtiveram sobre os austríacos e sobretudo sobre os borgonheses, a infantaria derrotou definitivamente os cavaleiros aferrolhados em suas armaduras. Montados, ou a pé, a tropa moderna recém aparecida destruiu por completo a tropa feudal. O habitante da cidade e o campones livre se impunham aos cavaleiros.

Os suíços, para confirmarem desde o começo o caráter burgues da república europeia independente, converteram em dinheiro sua fama militar. Desapareceram todas as razões políticas. Os cantões se transformaram em postos de recrutamento de mercenários para servir a quem pagasse melhor. O toque dos tambores dos recrutados soava também em outros lugares, principalmente na Alemanha e o cinismo do governo suíço que existia apenas para a venda de seus súditos, não tinha comparação com a dos príncipes alemães num período de mais forte humilhação nacional da Alemanha.

Pouco depois, ainda no século XIV, os árabes levaram para a Europa, através da Espanha, a pólvora e a artilharia. Até fins da Idade Média, as armas

* Trata-se da vitória dos ingleses durante a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra (1337-1453) durante a batalha os ingleses ocuparam diversas vezes consideráveis territórios da França, mas no fim foram expulsos da terra francesa (Nota da Editora).

de fogo manuais não tinham muita expressão, o que é fácil de compreender, já que o arco do atirador inglês em Crecy* alcançava tão longe quanto a bala do canhão liso da infantaria de Watterloo, e inclusive mais certamente, embora, com menos efeito. As peças de artilharia de campanha também estavam em sua infância. Por outro lado, os canhões pesados já haviam aberto muitas brechas nos muros de alvenaria dos castelos dos cavaleiros e anunciaram a nobreza feudal que com o aperecimento da pólvora havia chegado o fim do seu reinado.

A propagação da imprensa, o renovado interesse pelo estudo da literatura antiga, todo o movimento cultural que adquire força e se faz mais universal desde 1450 favorecem a burguesia e o poder real na luta contra o feudalismo.

A ação conjunta de todas estas causas, cada ano mais forte devido a sua crescente influência recíproca que acelerava o progresso em um mesmo sentido, assegurou na segunda metade do século XV, a vitória do poder real, e todavia, não da burguesia sobre o feudalismo. Por toda a Europa, inclusive nas regiões mais distantes, que no entanto não haviam passado até o fim pelo regime feudal, triunfava ao mesmo tempo o poder real.

Na península ibérica, dois povos pertencentes ao tronco lingüístico latino se uniram para formar o Reino de Espanha e Aragão, cujo povo falava o provençal e se submeteram ao idioma literário castelhano**. O terceiro povo unificou a região (exceto a Galícia) na qual se falava a sua língua para formar o reino de Portugal, a Holanda Ibérica, que se separou do resto do país, e com sua atividade no mar tornou patente seu direito a uma existência própria.

Na França, Luís XI, depois da queda do Estado intermediário de Borgonha***, conseguiu restabelecer no território francês, embora restringido, um certo grau de unidade nacional cujo representante era o poder real. Esta uni-

* Perto de Crecy (Noroeste da França) teve lugar em 26 de agosto de 1346 uma das grandes batalhas da Guerra dos Cem Anos. As forças inglesas, cujo núcleo era a infantaria recrutada entre camponeses livres, derrotaram os franceses, cuja força principal eram os indisciplinados cavaleiros. (Nota da Editora).

** Os reinos de Aragão e Castella se uniram em 1479.

*** O Ducado de Borgonha se formou na parte oriental da França no século IX e nos séculos XIV e XV chegou a ser um poderoso Estado Feudal. Em 1477, na batalha de Nancy, o rei Luís XI, obteve a vitória sobre as forças de Carlos o Temerário, duque de Borgonha, e o Ducado foi repartido entre Luís XI e Maximiliano de Habsburgo, filho do imperador alemão (Nota da Editora).

dade e este poder real, foi usado pelo seu sucessor Carlos 8º para imiscuir-se nas disputas italianas*.

A Inglaterra suspendeu por fim suas quixotescas guerras de conquista com a França, e nas que prosseguiu restou esgotada. A nobreza feudal tratou de compensar-se com a guerra das Duas Rosas e encontrou nela mais do que buscava, foi exterminada pela guerra intestina, e subiu ao trono a dinastia Tudor, que com a força de seu poder superou a todos seus antecessores e sucessores.

Os países escandinavos haviam sido unificados desde muito tempo. Na Polônia, o poder do rei não se debilitou desde a unificação com a Lituânia** e caminhou em direção ao seu zênite, e mesmo na Rússia a submissão dos príncipes patrimoniais foi acompanhada da libertação do jogo tártaro, concluída definitivamente por Ivan III.

De toda a Europa, restaram apenas a Itália e a Alemanha, nas quais não havia poder real nem unidade nacional, inconcebíveis sem este poder, ou se existiam era apenas no papel.

Escrito em fins de 1.884.

* Valendo-se do fracionamento político da Itália e das dissensões entre os Estados Italianos, o rei francês Carlos 8º invadiu em 1494 o território da Itália e se apoderou do reino de Nápoles. A campanha de Carlos 8º deu começo às chamadas guerras italianas (1494 até 1559) no curso das quais a Itália foi vítima de reiteradas invasões de conquistadores franceses, espanhóis e alemães. (Nota da Editora).

** A primeira intenção de unificação da Polônia com a Lituânia se deu em 1385 com a conclusão da chamada União de Cracóvia. Em meados do século XV, a União se desintegrou e voltou a restabelecer-se várias vezes. Em 1569 concluiu-se a União de Lublin, pela qual a Polónia e Lituânia constituíram o mesmo Estado. (Nota da Editora).